
PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS DE RECRUTAMENTO NA
CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR

ATA N.º 2

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezanove, pelas 10:00 horas, nas instalações da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), sitas na Rua Filipe Folque, n.º 44, em Lisboa, reuniu o júri do procedimento concursal, na modalidade de recrutamento centralizado para constituição de reservas de recrutamento para a carreira geral de técnico superior, com vista à constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, em resultado dos procedimentos de oferta de colocação abertos na sua sequência, com o contingente de 1000 trabalhadores, para o período de vigência das respetivas reservas constituídas no âmbito do presente procedimento, com os perfis de competências transversais nas áreas jurídica; económico-financeira; planeamento, controlo e avaliação; relações internacionais e ciência política; e estatística.

Do júri, designado pelo Despacho n.º 22/2019, de 5 de julho, da Diretora-Geral do INA, estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente: Licenciada Isabel Maria Fonseca Ferreira, Diretora de Serviços de Recrutamento e Mobilidade;

Primeira vogal efetiva: Licenciada Ruth Maria de Sousa Osório, Chefe de Divisão de Gestão Previsional e de Competências;

Primeira vogal suplente: Mestre Dora Maria da Luz Calão Luciano Paulo, Técnica superior na Divisão de Gestão Previsional e de Competências.

A reunião teve por objeto a análise dos contributos remetidos pelos peritos contratados para apoio técnico-científico ao júri do presente procedimento concursal, no que concerne à identificação da bibliografia considerada adequada para o desenho da matriz científica de base

à construção da “Prova de Conhecimentos”, e respetivo quadro normativo vigente, face às áreas temáticas identificadas no presente procedimento.

Assim, compulsados os considerandos expressos na ata n.º 1 referentes ao método de seleção Prova de Conhecimentos, bem como na publicitação integral do presente procedimento, designadamente nos pontos 11.1 a 11.1.4.2, que aqui se dão por reproduzidos, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1. Aprovar a seguinte bibliografia e indicar a legislação consideradas adequadas às áreas temáticas transversais, para efeitos de realização da Prova de Conhecimentos destinada à avaliação dos conhecimentos transversais a todas as referências identificadas no ponto 3 da publicitação integral do procedimento:

1.1. Áreas temáticas transversais a todas as referências do procedimento:

- Organização política e administrativa do Estado;
- Princípios da atividade administrativa;
- Ética e deontologia do serviço público;
- Modelos de governação e gestão pública;
- Políticas públicas: processo e ferramentas.

1.1.1. Bibliografia:

- Miranda, J. (2016). *Curso de Direito Constitucional* (Vol. 2). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp.9-230.
- Vieira de Andrade, J. C. (2017). *Lições de Direito Administrativo* (5.ª Ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 91-129.
- Otero, P. (2016). *Direito do Procedimento Administrativo* (Vol. I). Coimbra: Almedina, pp. 73-281.
- Sousa, L. de (2011). *Corrupção*. Lisboa: Edições FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos, Coleção Ensaios da Fundação.
- Rocha, J. A. O. (2014). *Gestão Pública e Modernização Administrativa* (2ª reimpressão). Lisboa: INA Editora (Parte 1, pp.13 a 69).
- Madureira, C. & Asensio, M. (org.) (2013). *Handbook de Administração Pública*. Lisboa: INA Editora (Parte 2, pp. 75 a 121).

- Capela, A. C. (2018). *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: ENAP (caps. 2 e 3), disponível em:

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf

- Wu, X., Ramesh, M., Howlett, M., & Fritzen, S. (2014). *Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos*. Brasília: ENAP (capítulos 4, 5 e 6), disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>

1.1.2. Legislação:

- Constituição da República Portuguesa de 1976, com as alterações introduzidas pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/82, de 30 de setembro; 1/89, de 8 de julho; 1/92, de 25 de novembro, 1/97, de 20 de setembro, 1/2001, de 12 de dezembro, 1/2004, de 24 de julho e 1/2005, de 12 de agosto;

- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo;

- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto - Lei de Acesso aos Documentos Administrativos;

- Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, na redação da Lei n.º 31/2008, de 17 de julho - Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas;

- Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto; Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro; Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril; Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro; Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro e Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro - Princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado;

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada por Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto; Lei n.º 18/2016, de 20 de junho; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; Lei n.º 25/2017, de 30 de maio; Lei n.º 70/2017, de 14 de agosto; Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto; Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto; Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

- Recomendação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), sobre Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (publicada no Diário da República, 2.ª série, de 22 de julho de 2009);
- Recomendação n.º 5/2012, do CPC, de 7 de novembro de 2012, sobre Gestão de conflitos de interesses no setor público (publicada no Diário da República, 2.ª série, de 13 de novembro de 2012);
- Lei n.º 30/2015, de 22 de abril - Trigésima quinta alteração ao Código Penal, sexta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, primeira alteração à Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, primeira alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e primeira alteração à Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, no sentido de dar cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo Grupo de Estados do Conselho da Europa contra a Corrupção, pelas Nações Unidas e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, publicada no Diário da República, de 17 de março (Carta Deontológica do Serviço Público);
- Princípios éticos da Administração Pública, disponível em:

<https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=9BB1D4D0-0607-4588-BCAD-894DBC499AFF&MEN=i>

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/97, publicada no Diário da República, de 22 de março - Revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, de 17 de Março (Carta Deontológica do Serviço Público);

- Resolução da Assembleia da República n.º 47/2007, de 21 de Setembro - Aprova a Convenção contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de Outubro de 2003;

- Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro – Cria o Conselho de Prevenção da Corrupção;

- Regulamento (UE, EURATOM) N.º 883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de setembro de 2013, (JOUE, de 18 de setembro de 2013), relativo aos inquéritos efetuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), disponível em:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R0883&from=EN>

2. Aprovar a seguinte bibliografia e indicar a legislação consideradas adequadas, para efeitos de realização da Prova de Conhecimentos quanto à avaliação dos conhecimentos específicos das áreas temáticas de cada uma das referências identificadas no ponto 3 da publicitação integral do procedimento:

2.1. Referência A: Jurídica

2.1.1. Áreas temáticas:

- Direito e Contencioso Administrativo;
- Direito Financeiro e Tributário;
- Direito do Emprego Público;
- Direito Europeu;
- Direito Internacional Público;
- Instituições Europeias e processos de decisão;
- Contencioso da União Europeia;
- Direito Comparado.

2.1.2. Bibliografia:

- Aroso de Almeida, M. (2018). *Teoria Geral de Direito Administrativo* (5.ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Vieira de Andrade, J. C. (2017). *A Justiça Administrativa* (16.ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Costa Cabral, N., & da e d'Oliveira Martins, G. W. (2014). *Finanças Públicas e Direito Financeiro: Noções Fundamentais*. Lisboa: AAFDL.
- Arrimar, C., & e Veiga e Moura, P. (2014). *Comentários à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas*(1.ª Vol.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Henriques, M. G. (2019). *Direito da União — História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência* (9.ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Bacelar Gouveia, J. (2017). *Manual de Direito Internacional Público* (5.ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Ferreira de Almeida, C., & Carvalho, J. M. (2013). *Introdução ao Direito Comparado* (3.ª Ed.) Coimbra: Almedina.

2.1.3. Legislação:

- Constituição da República Portuguesa de 1976, com as alterações introduzidas pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/82, de 30 de setembro; 1/89, de 8 de julho; 1/92, de 25 de novembro, 1/97, de 20 de setembro, 1/2001, de 12 de dezembro, 1/2004, de 24 de julho e 1/2005, de 12 de agosto;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo;
- Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, na redação do Decreto-Lei n.º 124-G/2015, de 2 de outubro, que republica o Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
- Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, na redação do Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, que republica o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto - Lei de Acesso aos Documentos Administrativos;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, que republica o Código dos Contratos Públicos;
- Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17 de julho - Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas;
- Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto; Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro; Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril; Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro; Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro e Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro - Princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado;
- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 37/2018, de 7 de agosto - Lei de Enquadramento Orçamental;
- Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 275-A/93, de 9 de agosto; Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de maio; Lei n.º 10-B/96, de 23 de março; Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro; Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro; Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março; Decreto-Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro; Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro e Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de Junho - Regime da Administração Financeira do Estado;

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada por Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto; Lei n.º 18/2016, de 20 de junho; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; Lei n.º 25/2017, de 30 de maio; Lei n.º 70/2017, de 14 de agosto; Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto; Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto; Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

- Tratado da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF

- Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF

- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>

- Resolução da Assembleia da República n.º 67/2003, de 17 de agosto - Aprova, para adesão, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, assinada em 23 de Maio de 1969;

- Decreto do Presidente da República n.º 46/2003, publicado no Diário da República de 7 de agosto - Ratifica a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, feita em 23 de Maio de 1969, e respetivo anexo.

2.2. Referência B: Económico-Financeira

2.2.1. Áreas temáticas:

- Economia Internacional;
- Macroeconomia;
- Microeconomia;
- Economia Europeia;
- Métodos Quantitativos Aplicados à Economia e à Gestão;
- Políticas, Economia e Finanças Públicas;
- Contabilidade Pública;

- Gestão Financeira e Orçamental;
- Instituições Europeias e Processos de Decisão.

2.2.2. Bibliografia:

- Krugman, P., & Wells, R. (2013). *Economics* (3rd Ed.). New York: MacMillan, Worth Publishers.
- Nouveau, P., & Defraigne, J. C. (2015). *Introdução à Economia Europeia*. Lisboa: Edições Piaget.
- Viana, L., Rodrigues, L., & Nunes, A. (2016). *O Sistema de Normalização Contabilística - Administrações Públicas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Pinto, A., Santos, P., Costa, P., & Melo, T. (2015). *Gestão de Compromissos: Leis dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso analisada e comentada*. (2^a Ed.). Lisboa: INA (Cap 3).
- Henriques, M. G. (2019). *Direito da União — História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência* (9.^a Ed.). Coimbra: Almedina, pp. 135-268.

2.2.3. Legislação:

- Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro - Bases da Contabilidade Pública;
- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 37/2018, 7 de agosto
- Lei de Enquadramento Orçamental;
- Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 275-A/93, de 9 de agosto; Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de maio; -Lei n.º 10-B/96, de 23 de março; Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro; Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro; Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março; Decreto-Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro; Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro e Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de Junho - Regime da Administração Financeira do Estado;
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho - Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2018;
- Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio – Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2019;
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;

- Portaria nº 189/2016, de 14 de julho - Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional - SNC-AP;
- Portaria nº 218/2016, de 9 de agosto - Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Classificadores da Despesa Pública:
 - Decreto-Lei nº 131/2003, de 28 de junho - Estabelece as regras relativas à definição dos programas e medidas a inscrever no Orçamento do Estado e das respetivas estruturas, assim como à sua especificação nos mapas orçamentais e ao acompanhamento da sua execução, no desenvolvimento do artigo 18.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto;
 - Decreto-Lei nº 171/1994, de 24 de junho - Aprova o novo esquema da classificação funcional das despesas públicas;
 - Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, retificado pelo Decreto Retificativo n.º 8-F/2002, de 28 de fevereiro; alterado pelo Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março; Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março; Decreto-Lei n.º 52/2014, de 7 de abril; Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio – Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central.
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Lei n.º 20/2012, de 14 de maio; Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro; Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; Lei n.º 22/2015, de 17 de março - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas;
- Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro; Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho - Contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e à operacionalização da prestação de informação nela prevista;
- Tratado da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em:
https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF

- Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF

2.3. Referência C: Planeamento, Controlo e Avaliação

2.3.1. Áreas temáticas:

- A gestão estratégica: as funções e os papéis do Gestor;
- Os conceitos de eficácia e eficiência e a importância dos modelos de gestão;
- Sistemas e instrumentos de planeamento e controlo de gestão;
- Instrumentos de gestão na Administração Pública;
- Gestão da Qualidade;
- Ética e responsabilidade social;
- Regime de Emprego Público;
- Noções gerais de Estatística Descritiva.

2.3.2. Bibliografia:

- Sotomayor, A. M., Rodrigues, J., & Duarte, M. (2013). *Princípios de Gestão das Organizações*. Lisboa: Rei dos Livros (Capítulo 1 – A gestão e os gestores, Capítulo 2 – Teorias, Organizacionais; Capítulo 9 – Gestão estratégica; Capítulo 11 – Ética e responsabilidade social na gestão).
- António, N. S., Teixeira, A., & Rosa, A. (2012). *Gestão da Qualidade: De Deming ao Modelo de Excelência de EFQM*. Lisboa: Edições Sílabo (Capítulos 2, 4 e 5).
- Arrimar, C., & Veiga e Moura, P. (2014). *Comentários à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (1.ª Vol.)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics (7.ª Ed.)*. Pêro Pinheiro: Report Number.

2.3.3. Legislação:

- Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro – Define os princípios a que deve obedecer a elaboração do plano e relatório anual de atividades dos serviços e organismos da Administração Pública;

- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública;
- Lei n.º 135/99 de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março; Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho; Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio; Decreto-Lei n.º 58/2016, de 29 de agosto; Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho – Define os princípios gerais de ação a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública na sua atuação face ao cidadão, bem como reúne de uma forma sistematizada as normas vigentes no contexto da modernização administrativa;
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada por Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto; Lei n.º 18/2016, de 20 de junho; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; Lei n.º 25/2017, de 30 de maio; Lei n.º 70/2017, de 14 de agosto; Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto; Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto; Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

2.4. Referência D: Relações Internacionais e Ciência Política

2.4.1. Áreas temáticas:

- Instituições e Políticas Internacionais e Europeias;
- Política externa Portuguesa e da União Europeia;
- Instituições Europeias e Processos de Decisão;
- Direito Internacional Público;
- Direito Europeu;
- Políticas, Economia e Finanças Públicas;
- Economia Internacional;
- Economia Europeia.

2.4.2. Bibliografia:

- Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Abreu, J. R. C., & Camisão, I. (Coord.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia*. Lisboa: Petrony Editora.

- Henriques, M. G. (2019). *Direito da União — História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência* (9.ª Ed.). Coimbra: Almedina.

- Câmara, J. B. (2016). *A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia no Tratado de Lisboa*. Lisboa: Principia.

- Mendes, N. C., & Coutinho, F. P. (Org.) (2017). *Enciclopédia das Relações Internacionais* (2.ª Ed.). Lisboa: Dom Quixote.

- Bacelar Gouveia, J. (2017). *Manual de Direito Internacional Público* (5.ª Ed.). Coimbra: Almedina.

- Krugman, P., & Wells, R. (2013). *Economics* (3rd Ed.). New York: MacMillan, Worth Publishers.

- Nouveau, P., & Defraigne, J.C. (2015). *Introdução à Economia Europeia*. Lisboa: Edições Piaget.

2.4.3. Legislação:

- Tratado da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF

- Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF

- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>

- Resolução da Assembleia da República n.º 67/2003, de 17 de agosto - Aprova, para adesão, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, assinada em 23 de Maio de 1969;

- Decreto do Presidente da República n.º 46/2003, publicado no Diário da República de 7 de agosto - Ratifica a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, feita em 23 de Maio de 1969, e respetivo anexo;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril – Aprova o conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

2.5. Referência E: Estatística

2.5.1. Áreas temáticas:

- Metodologias e Técnicas Estatísticas para tratamento e Modelação de Dados;
- Análise numérica (Estrutura de dados e algoritmos fundamentais);
- Probabilidades e Estatística;
- Cálculo Diferencial e Integral;
- Análise de Dados Multivariados;
- Técnicas de Investigação Operacional;
- Estatística Computacional: Análise estatística com aplicações informática, designadamente, SPSS, R, Stata, SAS, JAMOVI;
- Estatística Descritiva, Inferencial e Amostragem de Larga Escala: Amostragem e recolha de dados.

2.5.2. Bibliografia:

- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (7.ª Ed.). Pêro Pinheiro: Report Number.
- Pina, H. (2010). *Métodos Numéricos*. Lisboa: Escolar Editora.

2.5.3. Legislação:

- Lei nº 22/2008, de 13 de maio — Lei do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

3. Aprovar o seguinte texto, que se anexa, fazendo parte integrante da presente Ata, com a informação a divulgar, em cumprimento do ponto 11.1.4.3 da publicitação do presente procedimento.


4. Aprovar a seguinte metodologia de trabalho:

4.1. A partir da presente ata, no desenvolvimento da tramitação correspondente a cada referência, o júri reunirá em separado, adotando as atas que vierem a ser elaboradas numeração sequencial própria, contendo obrigatoriamente, a seguir ao número a identificação da respetiva referência a que reporta.

4.2. Sempre que se verifique matéria de interesse comum a todas as áreas, as atas de júri que sejam objeto de tais deliberações, serão replicadas em cada área adotando a numeração sequencial respetiva.

Lisboa, 30 de julho de 2019.

A Presidente



Isabel Maria Fonseca Ferreira

A Primeira Vogal Efetiva



Ruth Maria de Sousa Osório

A Primeira Vogal Suplente



Dora Maria da Luz Calão Luciano Paulo

ANEXO I

PUBLICITAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA e LEGISLAÇÃO PARA A PROVA DE CONHECIMENTOS

www.bep.gov.pt

(cfr. alíneas b) do n.º 1 e q) do n.º 4, do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril)

Procedimento de recrutamento centralizado para constituição de reservas na carreira e categoria de técnico superior – Bibliografia e legislação para Prova de Conhecimentos

Em observância do disposto na alínea b) do n.º 1 e alínea q) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público, a identificação da bibliografia que constitui a matriz científica de base para a construção da “Prova de Conhecimentos” e respetivo quadro normativo vigente aplicável considerado adequado, no âmbito do Procedimento de recrutamento centralizado para constituição de reservas na carreira e categoria de técnico superior publicitado na Bolsa de Emprego Público, em 9 de julho de 2019.

1. Para a avaliação das áreas temáticas transversais a todas as referências identificadas no ponto 3 da publicitação integral do procedimento, com vista à realização da Prova de Conhecimentos:

1.1. Áreas temáticas transversais a todas as referências do procedimento:

- Organização política e administrativa do Estado;
- Princípios da atividade Administrativa;
- Ética e deontologia do serviço público;
- Modelos de governação e gestão pública;
- Políticas públicas: processo e ferramentas.

1.1.1. Bibliografia:

- Miranda, J. (2016). *Curso de Direito Constitucional* (Vol. 2). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp.9-230;
- Vieira de Andrade, J. C. (2017). *Lições de Direito Administrativo* (5.ª Ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 91-129;
- Otero, P. (2016). *Direito do Procedimento Administrativo* (Vol. I). Coimbra: Almedina, pp. 73-281;

-
- Sousa, L. de (2011). *Corrupção*. Lisboa: Edições FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos, Coleção Ensaio da Fundação;
 - Rocha, J. A. O. (2014). *Gestão Pública e Modernização Administrativa* (2ª reimpressão). Lisboa: INA Editora (Parte 1, pp.13 a 69);
 - Madureira, C. & Asensio, M. (org.) (2013). *Handbook de Administração Pública*. Lisboa: INA Editora (Parte 2, pp. 75 a 121);
 - Capela, A. C. (2018). *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: ENAP (caps. 2 e 3), disponível em:
https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf
 - Wu, X., Ramesh, M., Howlett, M., & Fritzen, S. (2014). *Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos*. Brasília: ENAP (capítulos 4, 5 e 6), disponível em:
<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>

1.1.2. Legislação:

- Constituição da República Portuguesa de 1976, com as alterações introduzidas pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/82, de 30 de setembro; 1/89, de 8 de julho; 1/92, de 25 de novembro, 1/97, de 20 de setembro, 1/2001, de 12 de dezembro, 1/2004, de 24 de julho e 1/2005, de 12 de agosto;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo;
- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto - Lei de Acesso aos Documentos Administrativos;
- Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, na redação da Lei n.º 31/2008, de 17 de julho - Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas;
- Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto; Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro; Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril; Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro; Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro e Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro - Princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado;
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada por Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto; Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto; Lei n.º 18/2016, de 20 de junho; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; Lei n.º 25/2017, de 30 de maio; Lei n.º 70/2017, de

14 de agosto; Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto; Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto; Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

- Recomendação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), sobre Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (publicada no Diário da República, 2.ª série, de 22 de julho de 2009);

- Recomendação n.º 5/2012, do CPC, de 7 de novembro de 2012, sobre Gestão de conflitos de interesses no setor público (publicada no Diário da República, 2.ª série, de 13 de novembro de 2012);

- Lei n.º 30/2015, de 22 de abril - Trigésima quinta alteração ao Código Penal, sexta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, primeira alteração à Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, primeira alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e primeira alteração à Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, no sentido de dar cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo Grupo de Estados do Conselho da Europa contra a Corrupção, pelas Nações Unidas e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, publicada no Diário da República, de 17 de março (Carta Deontológica do Serviço Público);

- Princípios éticos da Administração Pública, disponível em:

<https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=9BB1D4D0-0607-4588-BCAD-894DBC499AFF&MEN=i>

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/97, publicada no Diário da República, de 22 de março - Revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, de 17 de Março (Carta Deontológica do Serviço Público);

- Resolução da Assembleia da República n.º 47/2007, de 21 de Setembro - Aprova a Convenção contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de Outubro de 2003;

- Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro – Cria o Conselho de Prevenção da Corrupção;

- Regulamento (UE, EURATOM) N.º 883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de setembro de 2013, (JOUE, de 18 de setembro de 2013), relativo aos inquéritos efetuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), disponível em:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R0883&from=EN>

2. Para a avaliação das áreas temáticas específicas de cada referência, conforme identificadas no ponto 3 da publicitação integral do procedimento, com vista à realização da Prova de Conhecimentos:

2.1. Referência A: Jurídica

2.1.1. Áreas temáticas:

- Direito e Contencioso Administrativo;
- Direito Financeiro e Tributário;
- Direito do Emprego Público;
- Direito Europeu;
- Direito Internacional Público;
- Instituições Europeias e processos de decisão;
- Contencioso da União Europeia;
- Direito Comparado.

2.1.2. Bibliografia:

- Aroso de Almeida, M. (2018). *Teoria Geral de Direito Administrativo* (5.ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Vieira de Andrade, J. C. (2017). *A Justiça Administrativa* (16.ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Costa Cabral, N., & da e d'Oliveira Martins, G. W. (2014). *Finanças Públicas e Direito Financeiro: Noções Fundamentais*. Lisboa: AAFDL.
- Arrimar, C., & e Veiga e Moura, P. (2014). *Comentários à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas* (1.ª Vol.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Henriques, M. G. (2019). *Direito da União — História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência* (9.ª Ed.). Coimbra: Almedina.

- Bacelar Gouveia, J. (2017). *Manual de Direito Internacional Público* (5.ª Ed.). Coimbra: Almedina.

- Ferreira de Almeida, C., & Carvalho, J. M. (2013). *Introdução ao Direito Comparado* (3.ª Ed.) Coimbra: Almedina.

2.1.3. Legislação:

- Constituição da República Portuguesa de 1976, com as alterações introduzidas pelas Leis Constitucionais n.ºs 1/82, de 30 de setembro; 1/89, de 8 de julho; 1/92, de 25 de novembro, 1/97, de 20 de setembro, 1/2001, de 12 de dezembro, 1/2004, de 24 de julho e 1/2005, de 12 de agosto;

- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo;

- Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, na redação do Decreto-Lei n.º 124-G/2015, de 2 de outubro, que republica o Código de Processo nos Tribunais Administrativos;

- Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, na redação do Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, que republica o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto - Lei de Acesso aos Documentos Administrativos;

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, que republica o Código dos Contratos Públicos;

- Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17 de julho - Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas;

- Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto; Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro; Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril; Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro; Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro e Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro - Princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado;

- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 37/2018, de 7 de agosto - Lei de Enquadramento Orçamental;

- Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 275-A/93, de 9 de agosto; Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de maio; Lei n.º 10-B/96, de 23 de março; Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro; Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro; Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março; Decreto-Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro; Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro e Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de Junho - Regime da Administração Financeira do Estado;

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada por Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto; Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto; Lei n.º 18/2016, de 20 de junho; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; Lei n.º 25/2017, de 30 de maio; Lei n.º 70/2017, de 14 de agosto; Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto; Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto; Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

- Tratado da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF

- Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF

- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>

- Resolução da Assembleia da República n.º 67/2003, de 17 de agosto - Aprova, para adesão, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, assinada em 23 de Maio de 1969;

- Decreto do Presidente da República n.º 46/2003, publicado no Diário da República de 7 de agosto - Ratifica a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, feita em 23 de Maio de 1969, e respetivo anexo.

2.2. Referência B: Económico-Financeira

2.2.1. Áreas temáticas:

- Economia Internacional;
- Macroeconomia;
- Microeconomia;
- Economia Europeia;
- Métodos Quantitativos Aplicados à Economia e à Gestão;
- Políticas, Economia e Finanças Públicas;
- Contabilidade Pública;
- Gestão Financeira e Orçamental;
- Instituições Europeias e Processos de Decisão.

2.2.2. Bibliografia:

- Krugman, P., & Wells, R. (2013). *Economics* (3rd Ed.). New York: MacMillan, Worth Publishers.
- Nouveau, P., & Defraigne, J. C. (2015). *Introdução à Economia Europeia*. Lisboa: Edições Piaget.
- Viana, L., Rodrigues, L., & Nunes, A. (2016). *O Sistema de Normalização Contabilística - Administrações Públicas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Pinto, A., Santos, P., Costa, P., & Melo, T. (2015). *Gestão de Compromissos: Leis dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso analisada e comentada*. (2^a Ed.). Lisboa: INA (Cap 3).
- Henriques, M. G. (2019). *Direito da União — História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência* (9.^a Ed.). Coimbra: Almedina, pp. 135-268.

2.2.3. Legislação:

- Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro - Bases da Contabilidade Pública;
- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 37/2018, 7 de agosto
- Lei de Enquadramento Orçamental;
- Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 275-A/93, de 9 de agosto; Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de maio; Lei n.º 10-B/96, de 23 de março; Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro; Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro; Decreto-Lei n.º 29-A/2011,

de 1 de março; Decreto-Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro; Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro e Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de Junho - Regime da Administração Financeira do Estado;

- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho - Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2018;
- Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio – Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2019;
- Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Portaria nº 189/2016, de 14 de julho - Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional - SNC-AP;
- Portaria nº 218/2016, de 9 de agosto - Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Classificadores da Despesa Pública:
 - Decreto-Lei nº 131/2003, de 28 de junho - Estabelece as regras relativas à definição dos programas e medidas a inscrever no Orçamento do Estado e das respetivas estruturas, assim como à sua especificação nos mapas orçamentais e ao acompanhamento da sua execução, no desenvolvimento do artigo 18.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto;
 - Decreto-Lei nº 171/1994, de 24 de junho - Aprova o novo esquema da classificação funcional das despesas públicas;
 - Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, retificado pelo Decreto Retificativo n.º 8-F/2002, de 28 de fevereiro; alterado pelo Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março; Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março; Decreto-Lei n.º 52/2014, de 7 de abril; Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio – Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central.
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Lei n.º 20/2012, de 14 de maio; Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro; Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; Lei n.º 22/2015, de 17 de março - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas;

- Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro; Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho - Contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e à operacionalização da prestação de informação nela prevista;

- Tratado da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF)

[01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF)

- Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF

2.3. Referência C: Planeamento, Controlo e Avaliação

2.3.1. Áreas temáticas:

- A gestão estratégica: as funções e os papéis do Gestor;
- Os conceitos de eficácia e eficiência e a importância dos modelos de gestão;
- Sistemas e instrumentos de planeamento e controlo de gestão;
- Instrumentos de gestão na Administração Pública;
- Gestão da Qualidade;
- Ética e responsabilidade social;
- Regime de Emprego Público;
- Noções gerais de Estatística Descritiva.

2.3.2. Bibliografia:

- Sotomayor, A. M., Rodrigues, J., & Duarte, M. (2013). *Princípios de Gestão das Organizações*. Lisboa: Rei dos Livros (Capítulo 1 – A gestão e os gestores, Capítulo 2 – Teorias, Organizacionais; Capítulo 9 – Gestão estratégica; Capítulo 11 – Ética e responsabilidade social na gestão).
- António, N. S., Teixeira, A., & Rosa, A. (2012). *Gestão da Qualidade: De Deming ao Modelo de Excelência de EFQM*. Lisboa: Edições Sílabo (Capítulos 2, 4 e 5).
- Arrimar, C., & Veiga e Moura, P. (2014). *Comentários à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (1.º Vol.)*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (7.ª Ed.). Pêro Pinheiro: Report Number.

2.3.3. Legislação:

- Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro – Define os princípios a que deve obedecer a elaboração do plano e relatório anual de atividades dos serviços e organismos da Administração Pública;

- Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública;

- Lei 135/99 de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março; Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho; Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio; Decreto-Lei n.º 58/2016, de 29 de agosto; Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho – Define os princípios gerais de ação a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública na sua atuação face ao cidadão, bem como reúne de uma forma sistematizada as normas vigentes no contexto da modernização administrativa;

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada por Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto; Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto; Lei n.º 18/2016, de 20 de junho; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; Lei n.º 25/2017, de 30 de maio; Lei n.º 70/2017, de 14 de agosto; Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto; Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto; Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

2.4. Referência D: Relações Internacionais e Ciência Política

2.4.1. Áreas temáticas:

- Instituições e Políticas Internacionais e Europeias;
- Política externa Portuguesa e da União Europeia;
- Instituições Europeias e Processos de Decisão;
- Direito Internacional Público;

- Direito Europeu;
- Políticas, Economia e Finanças Públicas;
- Economia Internacional;
- Economia Europeia.

2.4.2. Bibliografia:

- Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Abreu, J. R. C., & Camisão, I. (Coord.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia*. Lisboa: Petrony Editora.
- Henriques, M. G. (2019). *Direito da União — História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência* (9.ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Câmara, J. B. (2016). *A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia no Tratado de Lisboa*. Lisboa: Principia.
- Mendes, N. C., & Coutinho, F. P. (Org.) (2017). *Enciclopédia das Relações Internacionais* (2.ª Ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Bacelar Gouveia, J. (2017). *Manual de Direito Internacional Público* (5.ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Krugman, P., & Wells, R. (2013). *Economics* (3rd Ed.). New York: MacMillan, Worth Publishers.
- Nouveau, P., & Defraigne, J.C. (2015). *Introdução à Economia Europeia*. Lisboa: Edições Piaget.

2.4.3. Legislação:

- Tratado da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF
- Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada), JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, JOUE de 7 de junho de 2016, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>
- Resolução da Assembleia da República n.º 67/2003, de 17 de agosto - Aprova, para adesão, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, assinada em 23 de Maio de 1969;

-
- Decreto do Presidente da República n.º 46/2003, publicado no Diário da República de 7 de agosto - Ratifica a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, feita em 23 de Maio de 1969, e respetivo anexo;
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril – Aprova o conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

2.5. Referência E: Estatística

2.5.1. Áreas temáticas:

- Metodologias e Técnicas Estatísticas para tratamento e Modelação de Dados;
- Análise numérica (Estrutura de dados e algoritmos fundamentais);
- Probabilidades e Estatística;
- Cálculo Diferencial e Integral;
- Análise de Dados Multivariados;
- Técnicas de Investigação Operacional;
- Estatística Computacional: Análise estatística com aplicações informática, designadamente, SPSS, R, Stata, SAS, JAMOVI;
- Estatística Descritiva, Inferencial e Amostragem de Larga Escala: Amostragem e recolha de dados.

2.5.2. Bibliografia:

- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (7.ª Ed.). Pêro Pinheiro: Report Number.
- Pina, H. (2010). *Métodos Numéricos*. Lisboa: Escolar Editora.

2.5.3. Legislação:

- Lei nº 22/2008, de 13 de maio — Lei do Sistema Estatístico Nacional (SEN).